



**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
E NOTAS EXPLICATIVAS 2019**
Gestão Assistencial

Índice

Demonstrações Contábeis	3
Balanço Patrimonial	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração das Mutações do Patrimônio Social	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto).....	7
Notas Explicativas	7
1. Contexto Operacional.....	8
2. Políticas Contábeis.....	10
3. Aplicações Financeiras.....	13
4. Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde.....	14
5. Créditos Tributários e Previdenciários	15
6. Bens e Títulos a Receber	15
7. Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde.....	15
8. Débitos de Operações de Assistência à Saúde	16
9. Tributos e Encargos Sociais a Recolher	17
10. Débitos Diversos	17
11. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes	17
12. Patrimônio Social.....	19
13. Demonstração do Patrimônio Mínimo Ajustado e Margem de Solvência.....	19
14. Receitas com Operações de Assistência à Saúde	20
15. Eventos Conhecidos ou Avisados.....	21
16. Despesas Administrativas	22
17. Partes Relacionadas	23
18. Instrumentos Financeiros Ativos	23
19. Instrumentos Financeiros Derivativos	23
20. Controles Internos e Gerenciamento de Riscos	23
21. Aprovação das Demonstrações Contábeis	26

Demonstrações Contábeis

Informações Suplementares da Gestão Assistencial
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Valores expressos em milhares de Reais

Balanço Patrimonial

ATIVO	Nota	2019	2018	PASSIVO	Nota	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE		<u>183.632</u>	<u>227.714</u>	PASSIVO CIRCULANTE		<u>42.067</u>	<u>32.145</u>
Disponível		110	144	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	7	<u>22.423</u>	<u>14.792</u>
Realizável		<u>183.522</u>	<u>227.570</u>	Provisões de Contraprestação Não Ganha (PPCNG)		3.348	3.613
Aplicações Financeiras	3	<u>175.351</u>	<u>220.086</u>	Provisão de Eventos a Liquidar para SUS		1.199	1.350
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		34.831	26.409	Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviço Assistenciais		12.530	4.648
Aplicações Livres		140.520	193.677	Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (Peona)		5.346	5.181
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	4	<u>5.269</u>	<u>2.986</u>	Débitos de Operações de Assistência à Saúde	8	<u>5.046</u>	<u>2.344</u>
Contraprestação Pecuniária a Receber	4.1	2.684	1.994	Tributos e Encargos Sociais a recolher	9	<u>607</u>	<u>544</u>
Outros Créditos de Op. com Planos de Assistência à Saúde	4.2	2.585	992	Débitos Diversos	10	<u>13.991</u>	<u>14.465</u>
Créditos Tributários e Previdenciários	5	<u>2.426</u>	<u>2.717</u>	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		<u>175.906</u>	<u>170.355</u>
Bens e Títulos a Receber	6	<u>476</u>	<u>1.781</u>	Provisões para Ações Judiciais	11	175.906	170.355
ATIVO NÃO CIRCULANTE		<u>169.099</u>	<u>162.452</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO SOCIAL	12	<u>134.758</u>	<u>187.666</u>
Realizável a Longo Prazo		<u>169.099</u>	<u>162.452</u>	Ajustes de Avaliação Patrimonial		1.393	2.411
Depósitos Judiciais e Fiscais	11	<u>169.099</u>	<u>162.452</u>	Lucros/Prejuízos - Superavits/Deficits Acumulados ou Resultado		133.365	185.255
TOTAL DO ATIVO		352.731	390.166	TOTAL DO PASSIVO		352.731	390.166

Amauri Aguiar de Vasconcelos
Diretor Superintendente
CPF 241.975.483-20

Júlio Cezar Tozzo Mendes Pereira
Diretor Financeiro
CPF 379.765.161-91

Mauricio Aparecido Lopes
Diretor de Seguridade
CPF 078.627.298-89

Tadeu Pigioli Horta Fernandes
Contador
CRC 1 SP 241642/O-1
CPF: 222.044.038-90

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado

	Nota	2019	2018
Contraprestações Efetivas de Planos de Assistência à Saúde		236.830	265.355
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	14	237.178	265.402
Contraprestações Líquidas		236.279	264.342
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		899	1.060
(-) Tributos Diretos de Op. com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(348)	(47)
Eventos Indenizáveis Líquidos	15	(287.434)	(316.363)
Eventos Conhecidos ou Avisados		(286.988)	(316.148)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		(446)	(215)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		(50.604)	(51.008)
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora		100	-
Outras Receitas Operacionais		100	-
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(4.376)	(2.746)
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(2.257)	(1.175)
Provisão para Perdas Sobre Crédito		(2.119)	(1.571)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. Com Planos de Saúde da Operadora		(4.222)	(1.982)
RESULTADO BRUTO		(59.102)	(55.736)
Despesas Administrativas	16	(24.629)	(27.203)
Resultado Financeiro Líquido		31.841	28.690
Receitas Financeiras		45.728	43.329
Despesas Financeiras		(13.887)	(14.639)
RESULTADO LÍQUIDO		(51.890)	(54.249)

Amauri Aguiar de Vasconcelos
Diretor Superintendente
CPF 241.975.483-20

Júlio Cezar Tozzo Mendes Pereira
Diretor Financeiro
CPF 379.765.161-91

Mauricio Aparecido Lopes
Diretor de Seguridade
CPF 078.627.298-89

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
Contador
CRC 1 SP 241642/O-1
CPF 222.044.038-90

Demonstração das Mutações do Patrimônio Social

	RESERVAS DE LUCROS/ SOBRAS/ RETENÇÕES DE SUPERAVIT	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	239.504	-	239.504
Ajustes de Avaliação Patrimonial Lucro/Superavit/Prejuízo Líquido do Exercício	- (54.249)	2.411 -	2.411 (54.249)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	185.255	2.411	187.666
Ajustes de Avaliação Patrimonial Lucro/Superavit/Prejuízo Líquido do Exercício	- (51.890)	(1.018) -	(1.018) (51.890)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	133.365	1.393	134.758

Amauri Aguiar de Vasconcelos
Diretor Superintendente
CPF 241.975.483-20

Júlio Cezar Tozzo Mendes Pereira
Diretor Financeiro
CPF 379.765.161-91

Mauricio Aparecido Lopes
Diretor de Seguridade
CPF 078.627.298-89

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
Contador
CRC 1 SP 241642/O-1
CPF 222.044.038-90

Demonstração do Resultado Abrangente

	2019	2018
Resultado Líquido	(51.890)	(54.249)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.018)	2.411
Resultado abrangente total	(52.908)	(51.838)

Amauri Aguiar de Vasconcelos
Diretor Superintendente
CPF 241.975.483-20

Júlio Cezar Tozzo Mendes Pereira
Diretor Financeiro
CPF 379.765.161-91

Mauricio Aparecido Lopes
Diretor de Seguridade
CPF 078.627.298-89

Tadeu Pigioli Horta Fernandes
Contador
CRC 1 SP 241642/O-1
CPF 222.044.038-90

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)

	2019	2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimentos de Plano Saúde	314.123	287.346
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	344.772	308.525
(+) Outros Recebimentos Operacionais	5.051	2.092
(-) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(357.460)	(341.711)
(-) Pagamentos de Pessoal	(13.794)	(16.536)
(-) Pagamentos de Pró-Labore	(259)	(316)
(-) Pagamentos de Serviços Terceiros	(5.723)	(6.199)
(-) Pagamentos de Tributos	(8.543)	(9.666)
(-) Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(5.922)	(733)
(-) Aplicações Financeiras	(271.878)	(222.418)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	367	384
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(-) Outros Pagamentos das Atividades de Investimento	(401)	(304)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(401)	(304)
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(34)	80
Caixa - Saldo Inicial	144	64
Caixa - Saldo Final	110	144
Ativos Livres no Início do Período	193.821	264.353
Ativos Livres no Final do Período	140.630	193.821
AUMENTO/ (DIMINUIÇÃO) NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES	(53.191)	(70.532)

Amauri Aguiar de Vasconcelos
Diretor Superintendente
CPF 241.975.483-20

Júlio Cezar Tozzo Mendes Pereira
Diretor Financeiro
CPF 379.765.161-91

Mauricio Aparecido Lopes
Diretor de Seguridade
CPF 078.627.298-89

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
Contador
CRC 1 SP 241642/O-1
CPF 222.044.038-90

1. Contexto Operacional

a) Informações Gerais

O **Economus - Instituto de Seguridade Social** (“Economus” ou “Entidade”), CNPJ n.º 49.320.799/0001-92, com sede na Rua Quirino de Andrade, n.º 185, em São Paulo/SP, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, constituída em 01 de setembro de 1977, registrada na ANS sob o n.º 34.261-1, para operar planos de assistência à saúde, conforme Lei Complementar n.º 109, de 29 de maio de 2001.

A Gestão Assistencial do Economus tem por finalidade oferecer assistência à saúde suplementar, na modalidade de autogestão, aos beneficiários titulares vinculados ao extinto Banco Nossa Caixa S.A., atualmente vinculados ao Banco do Brasil S.A., aos empregados do Economus e aos participantes do Feas (PAMC e Básico) e Novo Feas vinculados aos Regulamentos Geral e Complementar n.º 1, e aos respectivos dependentes.

Em 25 de julho de 2014, após aprovação da ANS em 10 de fevereiro de 2014, o Plano Economus Família com registro na ANS n.º 470.596/14-3, destinado aos dependentes não preferenciais dos participantes ativos e assistidos do Economus, bem como para atender funcionários em LIP (Licença por Interesse Particular) e os titulares sem vínculo previdenciário após o desligamento com o patrocinador, iniciou suas operações e houve a transferência da carteira dos beneficiários Autossustentáveis dos planos de saúde Plus, Plus II e EcoSaúde II.

Na Gestão Assistencial, são observadas as disposições descritas na Lei n.º 9.656, de 03 de junho de 1998, e alterações posteriores, nas Resoluções da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), bem como no Estatuto Social do Economus, Regimentos Internos, Regulamento de cada plano de saúde e nas decisões proferidas pela Administração da Entidade.

b) Equilíbrio Econômico-Financeiro dos planos de Saúde vinculados ao Fundo Feas

No ano de 2019 o dispêndio total com os planos Feas PAMC, Feas Básico e Novo Feas atingiu R\$ 127.560 mil. Deste valor, os beneficiários pagaram R\$ 57.147 mil (44,80%), enquanto o Fundo Feas pagou R\$ 70.413 mil (55,20%), dos quais R\$ 23.990 mil são provenientes de receitas financeiras do Fundo e R\$ 46.423 mil de capital do Fundo (em 2018, R\$ 56.979), que corresponde ao valor do Resultado Operacional do exercício.

Os custos médicos cresceram em 2019, principalmente, em função da frequência de utilização, maior concentração em contas de internação e procedimentos de alto custo. Dessa forma, visando o equilíbrio atuarial e econômico-financeiro dos planos de saúde vinculados ao FEAS, a Governança do Economus, após a implementação de pisos de contribuição no início de 2019, aprovou novo reajuste no custeio dos planos, que passará a vigorar a partir de janeiro/2020, com novos percentuais de contribuição e coparticipação, além da implantação de valor máximo de contribuição (teto).

A atualização dos valores pagos pelos beneficiários teve o objetivo inicial de reduzir a utilização do Fundo Financeiro Feas no pagamento das despesas assistenciais, dado o perfil da população, garantindo assim, maior longevidade do Fundo Financeiro.

Os reajustes implementados até aqui são medidas preliminares, tendo em vista que estão sendo empreendidos estudos técnicos para a reformulação dos planos médicos FEAS. Ainda, de acordo

com as recomendações previstas em pareceres jurídicos e atuariais, a adoção efetiva de ações estruturantes deverá ser precedida de amplos debates e diálogos com beneficiários e entidades representativas e órgão regulador.

Além de realizar o ajuste no custeio dos planos vinculados ao Fundo Feas, no âmbito da gestão das despesas assistenciais foram adotadas várias medidas com foco na eficiência e automação dos processos, como por exemplo:

- redimensionamento da rede credenciada para substituição de prestadores com custos onerosos, sempre prezando pela qualidade e adequado atendimento dos nossos beneficiários;
- redefinição sistêmica do processo de contas médicas com programa de isenção de guias trazendo redução de custos envolvidos no processo de impressão sem contar o apelo ecológico;
- otimização, de forma sistêmica, da análise e pagamento da rede credenciada, em consonância com as disposições regulamentares, na busca permanente da eficiência operacional;
- para maior facilidade de acesso aos beneficiários foi disponibilizado APP Saúde com informações do plano, da rede credenciada, autorizações e extrato de utilização de despesas médicas;
- definição de novos modelos de remuneração para a rede credenciada, com negociação por pacotes, substituindo a chamada “conta aberta” e oferecendo maior previsibilidade dos gastos assistenciais.

Essas ações voltadas para a revisão do custeio e gestão das despesas assistenciais reforçam o compromisso da Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo em manter uma assistência médica sustentável, sem abrir mão da qualidade e segurança na prestação de serviços.

c) Beneficiários

O Economus possui 42.076 vidas assistidas (43.749 vidas, em 2018) e administra os seguintes planos assistenciais:

Plano	Custeio	População 2019	População 2018	Principais Características
Básico ANS nº 400.593/98-7	Banco do Brasil	60	77	Contratação: Coletivo por Adesão; Empregados ativos, aposentados dos Grupo B (Regulamento Complementar nº 1), Grupo A (Regulamento Complementar nº 2), Grupo C (Regulamento Geral) e seus dependentes, residentes na capital - São Paulo; Acomodação em enfermaria.
PAMC ANS nº 400.594/98-5	Banco do Brasil	378	399	Contratação: Coletivo por Adesão; Empregados ativos, aposentados e pensionistas dos grupos A, B, C e seus dependentes, residentes na interior do Estado de São Paulo; Acomodação em apartamento.
Plus ANS nº 400.597/98-0	Banco do Brasil Autossustentável	10.355 9	11.184 10	Contratação: Coletivo Empresarial; Empregados ativos (admitidos até 31.12.2000), aposentados e pensionistas dos grupos A, B, C e seus dependentes preferenciais (para o grupo “A”, até 24 anos, se universitário); Cobertura nacional; Acomodação em apartamento.
Plus II ANS nº 435.934/01-8	Banco do Brasil Autossustentável	13.347 1	13.342 1	Contratação: Coletivo Empresarial; Empregados ativos (admitidos a partir de 01/01/01), aposentados e pensionistas do grupo C e seus dependentes preferenciais; Cobertura nacional; Acomodação em apartamento.

Plano	Custeio	População 2019	População 2018	Principais Características
Feas Básico ANS nº 400.595/98-3	Feas	414	429	Contratação: Coletivo por Adesão; Aposentados e pensionistas dos grupos B e C e seus dependentes preferenciais; Cobertura em todo Estado de São Paulo; Acomodação em apartamento.
Feas PAMC ANS nº 400.596/98-1	Feas	3.006	3.040	Contratação: Coletivo por Adesão; Aposentados e pensionistas dos grupos B e C e seus dependentes preferenciais; Cobertura em todo Estado de São Paulo; Acomodação em apartamento.
Novo Feas ANS nº 469.503/13-8	Feas	9.434	9.407	Contratação: Coletivo por Adesão; Participantes aposentados e pensionistas assistidos pelo Economus, futuros aposentados desde que inscritos como participantes, previdenciário e assistencial e seus dependentes preferenciais; Cobertura nacional; Acomodação em apartamento.
EcoSaúde II ANS nº 469.920/13-3	Economus Autossustentável	369 1	399 1	Contratação: Coletivo Empresarial; Empregados ativos, ex-empregados aposentados por invalidez e seus dependentes preferenciais; Cobertura nacional; Acomodação em apartamento.
Economus Família ANS nº 470.596/14-3	Autossustentável	4.702	5.460	Contratação: Coletivo por Adesão; Os participantes e assistidos dos planos previdenciários administrados pelo Economus e familiares consanguíneos ou afins até 3º grau; Cobertura nacional; Acomodação em apartamento.

2. Políticas Contábeis

2.1. Base de elaboração das Demonstrações Contábeis

As informações suplementares da Gestão Assistencial foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), em especial as Resoluções Normativas (RN) nº 442/2018, 435/2018, 430/2017, 418/2016, 392/2015, e alterações posteriores, com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) recepcionadas pela ANS, com as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/2012 que aprovou a ITG-2002, bem como as disposições contidas no Estatuto Social do Economus.

Em função do novo Plano de Contas da ANS aplicado em 2019, conforme RN ANS nº 435/2018, foram efetuadas reclassificações nos saldos de 2018, de forma a possibilitar sua comparabilidade.

A Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, que alterou, revogou e introduziu novos conceitos à Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, estendeu a sua aplicação às demais sociedades, em especial quanto à elaboração e divulgação das Demonstrações Contábeis.

2.2. Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento, em que se destacam:

- As receitas relativas às contraprestações efetivas de operações com planos médico-hospitalares são reconhecidas no efetivo período de cobertura de risco.
- As despesas relativas aos eventos indenizáveis são reconhecidas por ocasião da apresentação das guias de serviço médico-hospitalares pelos prestadores de serviço de saúde.

- As provisões técnicas são constituídas de forma a refletir as obrigações futuras, avisadas e não avisadas, decorrentes da operação de planos de assistência à saúde.
- Outras receitas e despesas são reconhecidas quando da prestação de serviço e/ou de seu faturamento.

2.3. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em caixa, em conta corrente, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

2.4. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são realizadas de acordo com a política de investimentos aprovada pela administração do Economus, que busca otimizar rentabilidade e liquidez dos recursos, dentro de limites de riscos preestabelecidos.

Os instrumentos financeiros são classificados pelo valor justo por meio do resultado e apurados pelas quotas de fundos de investimentos, informadas pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço.

a) Determinação de valor justo de Ativos Financeiros

Os valores justos dos investimentos são classificados como “Títulos Disponíveis para Venda” que se baseiam na seguinte hierarquia, de acordo com o CPC 40:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2:** Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

b) Ativos vinculados a Provisões Técnicas

O Economus mantém aplicações financeiras vinculadas a provisões técnicas, cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS (Nota Explicativa nº 7).

2.5. Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Os créditos são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados pelas provisões estimadas para eventuais perdas.

2.6. Demais Ativos

Os demais elementos patrimoniais do Ativo Circulante e do Ativo Não Circulante são mensurados pelo valor de custo, acrescidos, quando aplicáveis, dos rendimentos e das variações monetárias auferidas.

2.7. Provisões Técnicas

Constituídas de acordo com pronunciamentos emitidos pela ANS, estas provisões são representadas por: **(I) Provisão de Contraprestação Não Ganha (PCNG)**, constituída pela parcela

de contraprestação referente ao período de risco a decorrer no mês de competência; **(II) Provisão de Eventos a Liquidar (PEL)**, calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde recebidas pela operadora. Inclui o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS); e **(III) Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (Peona)**, calculada com base em metodologia estabelecida pela ANS (Nota Explicativa 7).

2.8. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

As Provisões e Passivos Contingentes para Ações Judiciais são constituídas para situações de risco de futuros desembolsos financeiros, mensuradas com base em estimativas dos valores das obrigações.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, porém, quando há evidências seguras que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela possibilidade do recebimento ou compensação, são reconhecidos como ativo.

Os depósitos judiciais e recursais são atualizados mensalmente segundo os critérios de indexação determinados pelo tribunal onde tramita o processo judicial. Nas reclamações trabalhistas a atualização ocorre pela taxa de poupança e nas ações tributárias, que tramitam perante a Justiça Federal, o indexador adotado é a Selic.

2.9. Provisão para Perdas Sobre Crédito (PPSC)

É constituída para fazer face às possíveis perdas relativas aos créditos pendentes de recebimento, oriundos dos planos Básico, PAMC, Plus, Plus II, Feas Básico, Feas PAMC, Novo Feas, EcoSaúde II e Economus Família. A referida provisão é constituída em conformidade com a RN nº 435, de 23 de novembro de 2018, da ANS, a qual estabelece que, havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 dias, a totalidade do crédito desse contrato deverá ser provisionada (Nota Explicativa 4.1).

2.10. Imposto de Renda, Contribuição Social e Contribuições

O Economus, conforme consta em seu Estatuto, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar sem fins lucrativos e, de acordo com sua forma de tributação é Isento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), conforme determina o § 3º do art. 15 da Lei nº 9.532/1997, alterado pelo art. 10 da Lei nº 9.718/1998 e isento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, de acordo com o art. 5º da Lei nº 10.426/2002, combinados com a Instrução Normativa RFB nº 1.315/2013.

Em relação ao PIS e à Cofins, a apuração é efetuada com base na Lei nº 9.718/1998. Porém, o Economus questiona judicialmente a legalidade da incidência de tais contribuições sobre suas atividades, e deposita judicialmente as parcelas mensais vincendas das referidas contribuições desde o ingresso da ação.

2.11. Demais Passivos

Os demais elementos patrimoniais do Passivo Circulante e do Passivo não Circulante são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

2.12. Estimativas Contábeis

Os números apresentados nas Demonstrações Contábeis são baseados em pressupostos e estimativas da administração, com relação às expectativas futuras de recebimentos e pagamentos das transações e eventos econômicos ocorridos até o presente período. Os pressupostos e estimativas são inerentes ao processo de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábil e são significativamente afetados pela complexidade das atividades operacionais desempenhadas pela Entidade. Os valores reais dos fluxos de caixa futuros podem divergir dos valores estimados, quando da materialização dos eventos que geraram essas estimativas, as quais são revisadas periodicamente.

2.13. Moeda Funcional e de apresentação das Demonstrações Contábeis

Nas Demonstrações Contábeis das informações suplementares da Gestão Assistencial, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual o Economus opera. São apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Entidade.

3. Aplicações Financeiras

A carteira de investimentos é composta pelos seguintes papéis:

Descrição	Composição dos Investimentos			
	2019			2018
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	31 de dezembro	31 de dezembro
Títulos Públicos	10.746	-	10.746	9.580
Notas do Tesouro Nacional	3.263	-	3.263	2.498
Notas do Tesouro Nacional B	3.263	-	3.263	2.498
Letras Financeiras do Tesouro	7.483	-	7.483	7.082
Letras Financeiras do Tesouro	7.483	-	7.483	7.082
Vinculados a Provisões Técnicas	10.746	-	10.746	9.580
Fundos de Investimento	24.085	-	24.085	16.829
Renda Fixa	24.085	-	24.085	16.829
Fundo de Renda Fixa	24.085	-	24.085	16.829
Lastreados a Provisões Técnicas	24.085	-	24.085	16.829
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	34.831	-	34.831	26.409
Títulos Públicos	40.258	-	40.258	85.464
Notas do Tesouro Nacional	40.258	-	40.258	85.464
Notas do Tesouro Nacional B	40.258	-	40.258	85.464
Créditos Privados e Depósitos	42.842	-	42.842	50.895
Letras Financeiras Privadas	42.842	-	42.842	50.895
Letras Financeiras Privadas	42.842	-	42.842	50.895
Fundos de Investimento	57.420	-	57.420	57.318
Renda Fixa	28.786	-	28.786	27.654
Fundo de Renda Fixa	28.786	-	28.786	27.654
Fundos de Investimento Estruturado	28.634	-	28.634	29.664
Fundos de Participações	28.634	-	28.634	29.664
Aplicações Livres	140.520	-	140.520	193.677
Aplicações Financeiras	175.351	-	175.351	220.086

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Os ativos financeiros são aplicados no mercado financeiro em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Política de Investimento, tendo a seguinte composição:

Descrição	Nível hierárquico	2019		2018	
		Valor Contábil	Valor de mercado	Valor Contábil	Valor de mercado
Valor justo por meio de resultado		175.351	175.351	220.086	220.086
Títulos Públicos - LFT	1	7.483	7.483	7.082	7.082
Títulos Públicos Federais - NTN	1	43.521	43.521	87.962	87.962
Títulos Privados - CDB/RDB/LF	1	42.842	42.842	50.895	50.895
Fundos de Renda Fixa	2	52.871	52.871	44.483	44.483
Fundos de Investimentos Estruturados	2	28.634	28.634	29.664	29.664
Títulos mantidos até o vencimento		-	-	-	-
Total dos Ativos Financeiros		175.351	175.351	220.086	220.086

Em 2018, o Economus reclassificou os investimentos para o valor justo por meio do resultado (Ativo Circulante) independente do prazo de vencimento, uma vez que devido à continuidade operacional dos planos de saúde vinculados ao Fundo Feas não foi possível comprovar a capacidade de mantê-los até o vencimento (Realizável a Longo Prazo).

Fundo de Investimentos Estruturados

O Economus encerrou o exercício de 2019 com o montante de R\$ 28.634, em Fundos de Investimento Estruturados.

Descrição	CNPJ	Aplicação Inicial	Integralizações (desde o início do Fundo)	Recebimentos (desde o início do Fundo)	Saldo em 2019	Rentabilidade 2019
Plano FEAS			28.597	10.165	28.634	1,20%
FIP NEO CAP MEZANINO	10.720.618/0001-80	set/10	7.726	5.017	5.292	4,47%
FIP FBIE - SANTANDER	11.760.191/0001-06	set/10	6.901	126	7.194	16,47%
FIP PÁTRIA INFRAESTR	12.517.924/0001-49	fev/11	6.790	4.896	10.044	16,02%
FICFIP PATRIA SPE OP	13.328.452/0001-49	nov/12	5.700	-	4.163	-38,93%
FIP CRP EMPREENDEDOR	14.747.610/0001-68	mai/13	375	53	542	23,78%
FIP 2BCAPITAL BRASIL	14.596.766/0001-95	jul/13	1.104	72	1.401	15,13%
Total da carteira de Fundos de Investimentos Estruturados			28.597	10.165	28.634	

Em 2019, a Taxa Interna de Retorno da Carteira foi de 1,2%. A carteira de investimentos foi constituída até 2013, observando-se o crescimento dos ativos livres até aquele ano e suas projeções no longo prazo. A governança do Economus tem estudado alternativas para realização de desinvestimento dos FIPs.

4. Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

4.1. Contraprestação Pecuniária a Receber

O saldo desse grupo de contas refere-se a valores a receber dos beneficiários dos planos de assistência à saúde administrados pelo Economus, conforme segue:

Descrição	2019	2018
Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido	412	394
Contraprestações a Receber Bruto	5.066	3.913
(-) Provisão para Perdas sobre Crédito	(4.654)	(3.519)
Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido	2.272	1.600
Contraprestações a Receber Bruto	6.857	5.858
(-) Provisão para Perdas sobre Crédito	(4.585)	(4.258)
Total de Contraprestação Pecuniária a Receber	2.684	1.994

4.2. Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

São registradas as participações dos beneficiários em eventos indenizáveis de coparticipação a receber e outros valores a receber. Sua composição é representada da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Participação dos Beneficiários em Eventos Indenizáveis	110	122
Coparticipação a Receber	3.050	2.405
(-) Provisão para Perdas sobre Crédito	(2.940)	(2.283)
Outros Créditos de Operações com Planos	2.475	870
Outros Créditos a Receber ^(a)	2.475	870
Total de Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	2.585	992

(a) Referem-se, principalmente, aos valores a receber de taxa administrativa e do custeio patronal de despesas médico-hospitalares dos Planos Básico, PAMC, Plus e Plus II.

5. Créditos Tributários e Previdenciários

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os títulos e contribuições a recolher apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Créditos Tributários	802	802
Imposto de Renda a Recuperar ^(a)	585	585
INSS a recuperar	217	217
Outros Créditos a Receber	1.624	1.915
PIS/Cofins/CSLL a compensar / restituir	243	243
PIS/Cofins a Recuperar ^(b)	1.381	1.672
Total dos Créditos Tributários e Previdenciários	2.426	2.717

(a) IR/CSLL a recuperar sobre as taxas administrativas de junho de 2010 a agosto de 2013. Em 02 de julho de 2015, foi enviado à Receita Federal do Brasil o pedido de restituição.

(b) Refere-se, principalmente, ao PIS/Cofins a recuperar sobre as taxas administrativas de junho de 2010 a agosto de 2013. Em 17 de julho de 2015, foi enviado à Receita Federal do Brasil o pedido de restituição.

6. Bens e Títulos a Receber

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Outros Créditos a Receber	476	1.781
Valores a Receber entre os Planos de Saúde da Operadora	476	1.781
Total dos bens e títulos a receber	476	1.781

7. Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Provisão para Prêmios ou Contribuições não Ganhas (PPCNG) ^(a)	3.348	3.613
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS ^(b)	1.199	1.350
Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviço Assistenciais ^(c)	12.530	4.648
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (Peona) ^(d)	5.346	5.181
Total de Provisão Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	22.423	14.792

(a) Provisão para Prêmios ou Contribuições não Ganhas (PPCNG): provisão de receitas não ganhas aplicável ao Economus Família, isto é, do montante provisionado do contrato cujo período de cobertura do risco não tenha transcorrido, para cumprimento do regime de competência. Varia de acordo com o volume de contraprestações recebidas e do período de cobertura do risco;

- (b) Provisão de Eventos a Liquidar (PEL) para o Sistema Único de Saúde (SUS):** provisão de ressarcimento ao SUS, referente às despesas assistenciais decorrentes de atendimento de beneficiários do Economus na rede pública de saúde. Esses valores estão registrados na contabilidade por meio dos Avisos de Beneficiários Identificados (ABI) e pela média dos atendimentos demonstrados no site da ANS relacionados ao Economus;
- (c) Provisão de Eventos a Liquidar (PEL) para Outros Prestadores de Serviço Assistencial:** provisão para garantia de eventos já ocorridos, avisados pelo prestador ou beneficiário e ainda não pagos, cujo registro contábil é realizado pelo valor integral informado no momento da cobrança à Entidade;
- (d) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (Peona):** provisão para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados para o Economus Família, constituída conforme metodologia da ANS.

Ativos garantidores das provisões técnicas

As provisões técnicas, com exceção da PPCNG, devem ser cobertas por ativos garantidores, na proporção de um para um. Desse montante, fora a parcela de eventos a liquidar com menos de 60 dias, que necessita apenas de aplicações de lastro, todo o restante deve ser coberto por aplicações vinculadas.

Abaixo, está demonstrada a suficiência de vínculo das garantias financeiras do Economus:

Descrição	2019	2018
Ativos Garantidores	10.746	9.580
Aplicações Vinculadas às Provisões Técnicas	10.746	9.580
Provisões Técnicas	7.067	6.832
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS	1.199	1.350
Provisão de Eventos a Liquidar superior a 60 dias	522	301
Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados	5.346	5.181
Sobra de Garantias Financeiras Vinculadas	3.679	2.748

A seguir, está demonstrada a suficiência de lastro das garantias financeiras do Economus:

Descrição	2019	2018
Ativos Garantidores	24.085	16.829
Aplicações Lastreadas às Provisões Técnicas	24.085	16.829
Provisões Técnicas	12.008	4.347
Provisão de Eventos a Liquidar	12.008	4.347
Sobra de Garantias Financeiras Lastreadas	12.077	12.482
Sobra de Ativos Garantidores	15.756	15.230

8. Débitos de Operações de Assistência à Saúde

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Intercâmbio a Pagar de Corresponsabilidade Transferida ^(a)	5.012	2.339
Taxa de Administração sobre Investimentos	29	-
Outros Gastos com Prestação de Serviços	5	5
Total de Débitos de Operações de Assistência à Saúde	5.046	2.344

- (a) Intercâmbio a Pagar de Corresponsabilidade Transferida:** consiste no montante de serviços médicos devidos a uma operadora quando presta atendimento a beneficiários de outra operadora, casos no Economus da Cassi, Cabesp e Unimed, em conformidade com a RN 430/2017.

9. Tributos e Encargos Sociais a Recolher

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Tributos e Contribuições	79	45
Contribuições Previdenciárias	79	45
Retenções de Impostos e Contribuições	528	499
Imposto de Renda Retido na Fonte de Terceiros	127	116
Imposto Sobre Serviços Retidos na Fonte	11	46
Contribuições Previdenciárias Retidas de Terceiros	30	29
Outros – PIS/Cofins/CSLL sobre Prestação de Serviço Médico	360	308
Total de Tributos e Encargos Sociais a recolher	607	544

São registrados, nesse grupo de contas, todos os tributos e contribuições a recolher referentes aos serviços médico-hospitalares, tais como Imposto de Renda, Contribuições Federais sobre serviços de terceiros, INSS sobre honorários e ISS a recolher.

10. Débitos Diversos

Contemplam obrigações que não estão relacionadas à prestação de serviços de saúde. A composição dos débitos é a seguinte:

Descrição	2019	2018
Fornecedores de serviço	1	63
Contas a Pagar	1	63
Outros débitos a pagar	13.990	14.402
Valores Recebidos a Maior	7	262
Taxa de Custódia a Pagar dos Investimentos	-	1
Valores a Reembolsar à Gestão Previdencial ^(a)	2.121	2.277
Valores a Reembolsar do INSS sobre os 15% das Cooperativas Médicas ^(b)	11.862	11.862
Total de Débitos Diversos	13.991	14.465

(a) Referem-se ao repasse das despesas administrativas estruturais da Gestão Assistencial para o Plano de Gestão Administrativa (PGA), referente dezembro de 2019.

(b) O Economus teve decisão favorável da ação do INSS sobre os 15% das cooperativas médicas, processo nº 0032701-53.2008.4.01.3400. Em dezembro de 2015, obteve alvará de levantamento dos depósitos judiciais no montante de R\$ 15.891 (atualizado monetariamente pela Selic, descontando os honorários dos assessores jurídicos especializados), demonstrado a seguir o reembolso aos custeadores:

Descrição	Posição do INSS 15% das cooperativas (Custeadores)					Total
	Banco do Brasil	Feas	Novo Feas	Autossustentável	EcoSaúde II	
Depósito Judicial	9.018	1.934	387	722	20	12.081
Atualização Monetária	2.844	610	122	228	6	3.810
Total	11.862	2.544	509	950	26	15.891

O Economus, após instruções dos assessores jurídicos, iniciou em 2019 a recuperação dos valores pagos e declarados em GFIP dos 5 anos anteriores a propositura da ação (período de 10/2003 a 10/2008).

11. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

11.1. Ativos Contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas Demonstrações Contábeis, conforme CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

11.2 Provisões para Ações Trabalhistas, Cíveis e Tributárias - Prováveis

O Economus faz semestralmente avaliação de seus riscos contingenciais, com base em fundamentos jurídicos, econômicos e tributários. A avaliação desses riscos objetiva classificá-los da melhor forma segundo as chances de ocorrência de sua exigibilidade, dentre as seguintes alternativas de classificação de perda: prováveis, possíveis ou remotas.

As obrigações legais são reconhecidas nas Demonstrações Contábeis, independente da avaliação de perda, visto que uma obrigação originada em lei só pode ser tratada como perda remota ou possível se houver um fato específico que suporte esse julgamento, como, por exemplo, uma jurisprudência pacificada.

As ações judiciais classificadas como prováveis são 100% provisionadas e correspondem às incertezas que, a depender de eventos futuros, poderão ter impacto na situação financeira da Entidade. A movimentação está demonstrada a seguir:

Descrição	Provisões			
	2019	Constituição/ (Reversão)	Atualização	2018
Ações Trabalhistas ^(a)	14.418	1.287	606	12.525
Ações Cíveis ^(b)	5.680	1.676	524	3.480
Ações Tributárias ^(c)	155.808	(1.166)	2.624	154.350
Total das Ações Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	175.906	1.797	3.754	170.355

(a) Trabalhistas: processos relativos a reclamações trabalhistas de ex-empregados, adesão de aposentados, cobertura médico-hospitalares, manutenção das condições originalmente contratadas, reparação por danos morais, manutenção de beneficiários nos planos Feas, EcoSaúde II e Economus Família, e litígios sobre o valor das contribuições aos planos, cujo valor totalizou R\$ 14.418, em 2019 (R\$ 12.525, em 2018).

(b) Cíveis: referem-se a ações judiciais cíveis, cujo pedido está relacionado a cobertura médica, pagamento de danos morais e inscrição nos planos de saúde administrados pelo Instituto. O saldo provisionado em 2019 é de R\$ 5.680 (R\$ 3.480, em 2018).

(c) Tributárias: referem-se às discussões judiciais relacionadas à exigibilidade de tributos e discussões de autuações fiscais decorrentes de entendimentos das Autoridades Fiscais a respeito da incidência de tributos e cumprimento das obrigações acessórias:

- i. **PIS e Cofins de 2006:** em 2006 o Economus impetrou Mandado de Segurança questionando a exigibilidade do PIS e da Cofins, obtendo liminar para depositar judicialmente os valores apurados a partir da data do ajuizamento. Contabilmente, está provisionado o valor de R\$ 16.097 (R\$ 16.127, em 2018).
- ii. **PIS e Cofins de 1996 a 2000:** autos lavrados pela Receita Federal do Brasil (RFB), questionando incidência e bases de cálculo de recolhimento referentes aos exercícios de 1996 a 2000. Após o trâmite da discussão na instância administrativa, o Economus ajuizou, em 2002 ação anulatória com pedido de antecipação de tutela. A ação foi julgada procedente em agosto de 2008, tendo a União recorrido da decisão em janeiro de 2009. O recurso de apelação da União foi julgado procedente, sendo que o Economus interpôs Recurso Especial e Recurso Extraordinário, ao Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, respectivamente. O processo teve sua tramitação suspensa até que o Supremo Tribunal Federal julgue processo afetado em repercussão geral. Contabilmente, está provisionado, em 2019, o valor R\$ 138.975 (R\$ 135.917, em 2018).

- iii. **INSS:** autos de infração lavrados em 2004 e 2007 relacionados às contribuições previdenciárias de caráter normal, serviços remunerados às cooperativas e divergência entre valores recolhidos e informados na GFIP. Assessoria jurídica especializada foi contratada para impugnação dos autos. Em 2019, efetuamos levantamento parcial da Ação Anulatória, NFLD 35.650.232-5, correspondente a 70% da notificação. Contabilmente, está provisionado em 2019, o montante de R\$ 736 (R\$ 2.306, em 2018) equivalente aos 30% restante.

11.3 Passivos para Ações Cíveis e Trabalhistas - Possíveis

O Economus possui ações cíveis e trabalhistas, cujo objeto trata de assistência à saúde, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados como possível, no montante de R\$ 422.436 (R\$ 387.723, em 2018) para as ações cíveis e R\$ 1.081 (R\$ 1.294, em 2018) para as trabalhistas, respectivamente. Esses processos, classificados com probabilidade de perda possível, referem-se a ações cujo objeto é recomposição do patrimônio, inclusão de dependentes e agregados aos planos médicos, cobertura dos procedimentos médicos, materiais, custos de internação, reembolso de procedimento, manutenção de condições originárias, discussão sobre contribuições e indenizações por danos morais.

11.4 Depósitos Judiciais e Tributários

Os depósitos judiciais e tributários do Economus estão correlacionados às provisões e passivos contingentes. São garantidores de potenciais pagamentos de contingências. Os depósitos judiciais são registrados no ativo não circulante até que seja proferida decisão judicial, determinando o levantamento destes depósitos por uma das partes envolvidas.

Descrição	Depósitos Judiciais			2018
	2019	Constituição/ (Reversão)	Atualização	
Ações Trabalhistas	11.623	4.029	606	6.988
Ações Cíveis	1.668	441	84	1.143
Ações Tributárias	155.808	(1.137)	2.624	154.321
Total dos Depósitos Judiciais	169.099	3.333	3.314	162.452

12. Patrimônio Social

O Patrimônio Social é composto pela incorporação dos superávits e deficits apurados em cada exercício social e pela parcela de ganhos/perdas ainda não realizados, que contempla a diferença na precificação dos títulos públicos antes classificados na categoria “mantidos até o vencimento” e reclassificados para a categoria “disponíveis para vendas”. Essa parcela só é reconhecida no resultado quando ocorre a venda do ativo financeiro. O Economus não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no resultado.

13. Demonstração do Patrimônio Mínimo Ajustado e Margem de Solvência

Patrimônio Mínimo Ajustado

O Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA) representa o valor mínimo do Patrimônio Líquido ou Patrimônio Social da Operadora de Planos de Saúde, calculado a partir da multiplicação do fator

'K' (38,39% no caso do Economus), pelo capital base de R\$ 8.790 (R\$ 8.503, em 2018). Em 31 de dezembro de 2019, foi observado o limite mínimo de patrimônio, multiplicado pelo fator K. A seguir, estão demonstrados os cálculos do Patrimônio Mínimo Ajustado.

Descrição	2019	2018
Capital-Base do Patrimônio Mínimo Ajustado	8.790	8.503
(x) Fator K	38,39%	38,39%
(=) Patrimônio Mínimo Ajustado	3.374	3.264
Capital Requerido	3.374	3.264

O capital para a gestão assistencial do Economus está em conformidade com o limite mínimo estabelecido pelo PMA, pois, ao fim do exercício 2019, seu capital totalizou R\$ 134.758 (em 2018, R\$ 187.666).

Margem de Solvência

A partir de janeiro de 2014, as operadoras ficam submetidas à Margem de Solvência, a fim de verificar a capacidade do patrimônio necessário para operar no mercado de saúde.

Descrição	2019	2018
Patrimônio Líquido	134.758	187.666
Patrimônio Líquido	134.758	187.666
Margem de Solvência (maior entre 'A' ou 'B')	59.479	59.630
A - Contraprestações Líquidas (12 meses)	28.535	31.852
A ¹ - 50% das Contraprestações Líquidas Planos Pós-estabelecidos	93.604	105.080
A ² - 100% das Contraprestações Líquidas Planos Prestabelecidos	49.071	54.181
(=) Total das Contraprestações Líquidas (A ¹ + A ²)	142.675	159.261
20% sobre as Contraprestações Líquidas	28.535	31.852
B - Eventos Indenizáveis Líquidos (36 meses)	59.479	59.630
B ¹ - Média anual 50% do total de Eventos Indenizáveis Pós-estabelecidos	128.961	129.201
B ² - Média anual de 100% do total de Eventos Indenizáveis Prestabelecidos	51.277	51.497
(=) Total das Contraprestações Líquidas (B ¹ + B ²)	180.238	180.698
33% sobre a média anual dos Eventos Indenizáveis	59.479	59.630
Solvência Apurada	75.279	128.035

A ANS determina em seus normativos a constituição total da margem de solvência total até dezembro de 2023, sendo que em 31 de dezembro de 2019, a obrigação é constituir pelo menos 72/120 desta margem. Porém foi demonstrado o valor integral constituído de R\$ 59.479 (em 2018, R\$ 59.630).

14. Receitas com Operações de Assistência à Saúde

Composição Consolidada das Contraprestações Efetivas de Planos de Assistência à Saúde

Descrição	2019	2018
Contribuições Líquidas ^(a)	301.962	275.862
Corresponsabilidade Cedida ^(b)	(78.520)	(22.698)
Receitas com Administração dos Planos ^(c)	12.837	11.178
Varição das Provisões Técnicas ^(d)	899	1.060
Total das Contraprestações Efetivas de Planos de Assistência	237.178	265.402

(a) Valores das receitas dos patrocinadores e dos beneficiários a título de contraprestação emitida pelos planos de Assistência à Saúde.

(b) Consiste no montante de serviços médicos devidos a uma operadora quando presta atendimento a beneficiários de outra operadora, casos no Economus da Cassi, Cabesp e Unimed., em conformidade com a RN 430/2017.

(c) São registrados os valores das receitas administrativas dos Planos Básico, PAMC, Plus e Plus II.

(d) De acordo com a planificação contábil vigente, registra-se toda redução de provisões técnicas como receita.

15. Eventos Conhecidos ou Avisados

15.1. Eventos Indenizáveis Líquidos Consolidados (Despesas Assistenciais)

Descrição	2019	2018
Eventos Indenizáveis ^(a)	314.318	344.497
Consultas	14.802	19.717
Exames	42.435	54.709
Terapias	4.698	6.418
Internações	175.513	185.421
Outros Atendimentos Ambulatoriais	74.341	76.547
Demais Despesas Assistenciais	162	-
Sistema Único de Saúde (SUS)	1.921	1.470
Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados (Peona)	446	215
(-) Recuperação de Eventos Indenizáveis ^(b)	(26.884)	(28.134)
Total dos Eventos Indenizáveis Líquidos	287.434	316.363

(a) **Eventos Indenizáveis:** registram os valores dos eventos conhecidos e indenizações de todos os gastos com procedimentos médico-hospitalares prestados a beneficiários dos planos Plus, Plus II, PAMC, Básico, Feas PAMC, Feas Básico, Novo Feas, EcoSaúde II e Economus Família.

(b) **Recuperação de Eventos Indenizáveis:** são registrados os valores de eventos de assistência médico-hospitalar recuperados por glosas e coparticipação.

15.2. Cobertura Assistencial com Preço Prestabelecido – Planos Coletivos por Adesão Pós Lei

O plano coletivo por adesão do Economus Família firmado posteriormente à Lei nº 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço prestabelecido, está demonstrado no quadro abaixo e está contida em rubrica própria no custo da atividade.

	2019								2018
	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	SUS	Total	Total
Rede Contratada	1.843	4.834	533	28.408	9.686	-	67	45.371	51.802
Reembolso	5	12	6	-	23	-	-	46	11
TOTAL	1.848	4.846	539	28.408	9.709	-	67	45.417	51.813

15.3. Contraprestações de Corresponsabilidade Cedida de Assistência Médico-Hospitalar.

Ocorre quando um beneficiário de uma operadora com a qual mantém vínculo contratual é atendido por outra operadora, e por um acordo ou contratação entre as operadoras, o atendimento pode ser feito de forma continuada.

Tais operações também são comumente conhecidas como reciprocidade (entre as autogestões) e contratações de repasse ou de risco cedido em pré ou pós. Visam a viabilizar a cobertura de assistência à saúde prevista contratualmente nos planos comercializados ou disponibilizados em contratos coletivos, em uma região a qual a operadora não possui vínculo direto com a rede. Neste caso, a operadora indica uma rede de outra operadora para atendimento aos beneficiários, de forma continuada em determinada região.

Descrição	Corresponsabilidade Cedida em Preço Pós-Estabelecido	
	2019	2018
1 - Cobertura Assistencial com Preço Prestabelecido	8.044	2.068
Planos Coletivos por Adesão depois da Lei	8.044	2.068
2 - Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido	70.476	20.630
Planos Coletivos por Adesão antes da Lei	13.068	2.812
Planos Coletivos por Adesão depois da Lei	19.380	4.053
Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	38.028	13.765
Total dos Eventos Indenizáveis Líquidos	78.520	22.698

A Contraprestação de Corresponsabilidade Cedida de Assistência Médico-Hospitalar é quando o Economus contrata as operadoras Cassi, Cabesp e Unimed em preço pós-estabelecido (pagando contraprestação apenas em função do atendimento dos beneficiários + taxa de administração) e essas operadoras firmam compromisso de corresponsabilidade com o Economus pela gestão dos riscos decorrentes do atendimento dos beneficiários em preço pós-estabelecido (atendimento dos beneficiários + taxa de administração), para viabilizar o acesso de (alguns dos) seus beneficiários à rede da Operadora, em conformidade com a RN nº430/2017.

16. Despesas Administrativas

A Entidade registra seus gastos administrativos de forma segregada, dentro de um modelo denominado Plano de Gestão Administrativa (PGA). O PGA está suportado por regulamento próprio aprovado pelo Conselho Deliberativo do Economus em 06 de dezembro de 2011, alterado a partir de abril/2019 por meio da Ata nº 404, de 25 de outubro de 2019.

De acordo com as normas publicadas pela Previc, todas as despesas administrativas contabilizadas no PGA atribuídas à administração assistencial, são reembolsadas integralmente pelos planos de assistência à saúde.

Descrição	2019	2018
Despesas com Pessoal Próprio ^(a)	17.069	19.070
Despesas com Serviços de Terceiros ^(b)	4.760	5.112
Despesas com Localização e Funcionamento ^(c)	1.867	2.036
Despesas com Tributos ^(d)	296	313
Despesas com Multas Administrativas ^(e)	241	196
Despesas Administrativas Diversas ^(f)	396	476
Total das Despesas Administrativas	24.629	27.203

- a) **Despesas com Pessoal Próprio:** as despesas com pessoal próprio são originalmente registradas no Plano de Gestão Administrativa (PGA), sendo transferidas à Gestão Assistencial de acordo com os critérios de segregação preestabelecidos. O saldo é composto conforme demonstrado abaixo:

Descrição	2019	2018
Salários	11.101	12.399
Encargos	3.021	3.143
Bonificações / Benefícios	2.947	3.528
Total das despesas com Pessoal Próprio	17.069	19.070

- b) **Despesas com Serviços de Terceiros:** são representadas pelos serviços contratados de terceiros, tais como: consultoria técnica, serviços de conectividade, temporários e terceirizados, honorários advocatícios, entre outros.
- c) **Despesas com Localização e Funcionamento:** correspondem às despesas básicas para manutenção das atividades da empresa. Nesse subgrupo, são registradas despesas com água, aluguel, luz e telefone.
- d) **Despesas com Tributos:** referem-se às despesas com impostos, taxas e similares, como IPTU, taxa de saúde suplementar e outras contribuições fiscais.
- e) **Despesas com Multas Administrativas:** instituído pela RN nº418/2016 e alterações posteriores, corresponde às despesas de multas aplicadas pela ANS.
- f) **Despesas Administrativas Diversas:** correspondem às despesas não classificáveis nas demais contas de despesas administrativas, tais como: despesas judiciais, jornais e revistas, multas, entre outras.

17. Partes Relacionadas

As partes relacionadas do Economus podem ser assim consideradas: dos beneficiários e dos mantenedores (Banco do Brasil S.A. e Economus), cujo relacionamento ocorre por intermédio de Convênio de Adesão para oferecimento dos planos assistenciais para seus empregados.

São realizadas transações bancárias com o patrocinador Banco do Brasil S.A., tais como: depósitos em conta corrente, depósitos judiciais, aplicações financeiras e serviços de cobrança. Referidas transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as do mercado.

Remuneração da Administração

O Economus considerou como pessoal-chave da administração os integrantes da Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo. Os valores com os benefícios de curto prazo no exercício de 2019 somaram R\$ 1.126 (R\$ 1.462, em 2018) e R\$ 173 (R\$ 222, em 2018), respectivamente.

18. Instrumentos Financeiros Ativos

Os instrumentos financeiros estão restritos às aplicações financeiras, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos e encontram-se classificados, conforme abaixo:

Aplicações financeiras: estão demonstradas pelo custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos em linha com as melhores práticas de precificação adotadas pelo mercado financeiro. Os ativos financeiros foram adquiridos levando-se em consideração as condições e premissas estabelecidas pela Política de Investimentos vigente à época, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

19. Instrumentos Financeiros Derivativos

Durante os exercícios de 2019 e de 2018, o Economus não realizou diretamente operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

20. Controles Internos e Gerenciamento de Riscos

Com foco na concretização de seus objetivos estratégicos e na promoção de eficiência operacional em seus processos, o Economus procurou atuar em 2019 no sentido recriar um novo modelo proprietário de risco, mais atual, mais aderente ao que o mercado pratica e para chegar neste formato foi necessário revisitar todos os riscos aos quais o Instituto estava exposto para implementação de controles internos e mitigá-los em linha com esse novo modelo, documento lançado no final de dezembro, que ratificou a declaração institucional do Economus para uma gestão de risco eficaz, demonstrando a preocupação cada vez maior da Entidade em ampliar sua capacidade de organização e lidar com incertezas, estimulando a transparência e contribuindo para o uso eficiente de recursos, bem como o fortalecimento da imagem da instituição.

O Modelo de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos do Economus é o conjunto de instrumentos institucionais que, com o propósito de assegurar o alcance destes objetivos estratégicos da organização, subsidia a tomada de decisão, contribui para o aprimoramento dos

processos e mitiga a ocorrência de possíveis desvios.

Em linha com este modelo próprio, os requerimentos legais aplicáveis, e as boas práticas para sua gestão, elencamos abaixo os principais riscos monitorados pelo Economus inerentes ao seu segmento que buscam zelar pela imagem da nossa Entidade, perante seus beneficiários, o mercado e aos órgãos por quem somos regulados.

Risco Atuarial

A gestão do risco atuarial exige conhecimento prévio dos fatores que podem resultar em volatilidade nos resultados de determinado plano assistencial. Diante dessa perspectiva, o processo de gerenciamento é imprescindível. Em linha com os princípios da Supervisão Baseada em Risco – SBR, o Economus empregou um conjunto de ações e processos que, com vias de monitorar e avaliar quantitativa e qualitativamente os potenciais riscos atuariais, buscam alternativas estratégicas para eliminar ou minimizar seus impactos.

O processo de Gestão do Risco Atuarial do Economus em 2019, procurou, por meio do mapeamento e a identificação dos riscos inerentes à gestão da seguridade, substanciado na realidade subjetiva de cada plano assistencial, dado pelas hipóteses atuariais (biométricas, demográficas, econômico e financeiras), regimes financeiros e métodos de financiamento, base cadastral, exigível contingencial, bem como pela precificação de ativo e passivo.

Risco de Crédito

Caracteriza-se pela possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência nos instrumentos e contratos financeiros, da excessiva concentração em operações com determinadas contrapartes ou segmentos de mercado ou, ainda, da degradação na qualidade das garantias recebidas em contratos, como, por exemplo, aquelas decorrentes da qualidade do crédito, atribuída à contraparte em casos de rebaixamento de rating de um emissor de títulos ou default.

A gestão do risco de crédito suportou-se em comitês que atuaram, primordialmente, avaliando as condições de mercado e apresentando propostas de apetite ao risco à Governança do Instituto, bem como revendo políticas e práticas de controle.

Ao longo de 2019 os planos não adquiriram, até mesmo por política, nenhum título ou entramos em qualquer operação classificadas com alto risco de crédito, os comitês de investimento que ocorrem semanalmente, acompanham o desempenho de nossos papéis e seus respectivos ratings classificados pelas principais agências de classificação de risco do mundo.

Risco Estratégico

Risco ou grupo de riscos que, em decorrência de sua relevância e potencial impacto na operação dos negócios da Entidade, deve ser priorizado na gestão de riscos praticada. A gestão de tais riscos acontece a partir de decisões estratégicas, no sentido de direcionar a Instituição para o alcance de seus objetivos.

O Instituto passou a observar este risco no ano de 2019, a partir de seu novo modelo proprietário de risco, buscando com isso, além do monitoramento a preposição de planos, alinhar os esforços em direção aos seus objetivos estratégicos de maneira equilibrada e demonstrando seu compromisso em se manter atualizado nas práticas mais modernas de riscos adotadas pelo nosso segmento.

Risco Legal ou de Enquadramento

O conceito de risco legal ou de enquadramento caracteriza-se pelo não cumprimento das leis vigentes e aplicáveis à Entidade. O risco legal ou de enquadramento está vinculado à mensuração e quantificação da aderência das carteiras de investimentos e das ações do Instituto com sociedade e fornecedores aos dispositivos legais, o que pode gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos.

O principal objetivo de Gestão de Risco Legal é aferir que a Entidade está cumprindo adequadamente as normas e regras que incidem direta ou indiretamente sobre as suas atividades.

No Economus controlou-se a conformidade legal e enquadramento, diariamente, por meio do acompanhamento da performance de nossos investimentos que estão em constante monitoramento de eventuais desenquadramentos dos investimentos, em relação aos limites estabelecidos pelas políticas para o nosso segmento.

Risco de Liquidez

Caracteriza-se pela possibilidade de perda decorrente da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento dos compromissos assumidos nas datas previstas, decorrente de variações nos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, o que pode ocasionar descasamento entre pagamentos e recebimentos, afetando a capacidade de cumprir com suas obrigações financeiras.

Utilizamos métricas para avaliação do Risco de Liquidez combinados com o acompanhamento do Risco Atuarial, por meio da gestão dos ativos e passivos que determinam a liquidez mínima necessária para cada um dos planos assistenciais. Esse percentual mínimo é respeitado com aplicações em ativos com alto nível de liquidez.

Apesar de seu caráter apenas gerencial, foi apresentado, mensalmente, junto ao comitê de investimento, o percentual de liquidez das carteiras dos planos, essa informação tem como característica gerar insumos para futuras decisões de investimento e/ou ajustes nas posições atuais.

Risco de Mercado

Pode se materializar quando houver perdas decorrentes de flutuações nos preços dos fatores de mercado que afetam os valores dos ativos financeiros, tais como: perdas no valor da carteira em função de mudanças nos preços, nas taxas de juros, nas taxas de câmbio, nos índices, nos derivativos e/ou commodities.

Para o gerenciamento do risco de mercado, foram calculadas diversas métricas para todos os fundos, como *VaR*, *duration* e *tracking error*. Essa gestão também inclui testes de estresse, que possibilitam avaliar as carteiras sob condições extremas de mercado, tais como crises e choques econômicos, utilizando-se cenários retrospectivos e/ou prospectivos. Ainda, a gestão do risco de mercado agregou testes de aderência do modelo de *VaR* (*backtesting*), com o intuito de aferir a eficácia e a efetividade da metodologia frente aos resultados observados.

Em 2019 todos os limites de risco de mercado foram respeitados para todos os segmentos.

Risco Operacional

O risco operacional caracteriza-se pela possibilidade de perdas decorrentes da inadequação na

especificação ou na condução de processos, sistemas ou projetos da Entidade, bem como de eventos externos que causem prejuízos nas suas atividades normais ou danos a seus ativos físicos.

A Entidade atuou para fortalecer seus processos internos e implementou boas práticas de governança em suas rotinas.

Para salvaguardar seus participantes, assistidos, beneficiários e empregados, o Instituto geriu o risco operacional, evitando-o, mitigando-o ou transferindo-o. O Economus se esforçou também para manter este risco em níveis aceitáveis, em linha com as diretrizes de sua governança. Para isso, dispõe de uma estrutura robusta de gerenciamento de riscos e controles, incluindo programas de conscientização e cultura de risco operacional, identificação de riscos e antecipação, técnicas de mitigação de riscos e monitoramento.

Risco Sistêmico

Caso o sistema financeiro seja contaminado por eventos externos pontuais, como a falência de um banco ou de uma empresa, pode-se incorrer na materialização de riscos sistêmicos. Apesar da dificuldade de gerenciamento deste risco, ele não deve ser relevado. É importante que ele seja considerado em cenários para análise e desenvolvimento de mecanismos de antecipação de ações aos eventos de risco, ainda que na prática ele não venha a ocorrer, como foi no caso do ano de 2019.

A diversificação dos investimentos, em linha com o registrado na Política vigente, é fator determinante para a mitigação do risco sistêmico.

Risco de Terceirização

Caracteriza-se pela perda decorrente dos terceiros/fornecedores não honrarem, total ou parcialmente, seus compromissos contratuais e obrigações acordadas, bem como decorrente de situações em que os serviços prestados ou os produtos adquiridos não atinjam os requisitos de qualidade esperados, ou não sejam entregues nas datas previstas.

O Economus dispõe de um processo de compras, que inclui avaliação do preço cobrado pela empresa de terceirização de mão de obra, do cumprimento de obrigações trabalhistas/previdenciárias, assim como, da situação financeira da empresa terceirizada e se ela possui estrutura adequada à realização dos serviços.

Ainda, por meio do sistema de Compliance, promovemos uma gestão eficiente dos documentos que comprovem o pagamento das obrigações trabalhistas pelas empresas terceirizadas.

Em 2019, o Instituto realizou acompanhamento dos custos diretos, indiretos e qualidade dos serviços terceirizados, prestados em relação à decisão, controle, acompanhamento e assessoramento dos processos relacionados à gestão de investimentos, de forma a garantir nível adequado de prestação de serviços e custos aos planos administrados.

21. Aprovação das Demonstrações Contábeis das Informações Suplementares da Gestão Assistencial

As Demonstrações Contábeis das Informações Suplementares da Gestão Assistencial foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo, em 14 de maio de 2020.

De acordo com as demonstrações e notas explicativas detalhadas acima referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Amauri Aguiar de Vasconcelos
Diretor Superintendente
CPF 241.975.483-20

Júlio Cezar Tozzo Mendes Pereira
Diretor Financeiro
CPF 379.765.161-91

Mauricio Aparecido Lopes
Diretor de Seguridade
CPF 078.627.298-89

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
Contador
CRC 1 SP 241642/O-1
CPF 222.044.038-90

